

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras*

Maria Salet Ferreira Novellino♦

Palavras-chave: movimento feminista; ONGs feministas

A institucionalização do movimento feminista em ONGs é criticada por algumas feministas pelos compromissos que assume com órgãos financiadores bem como por sua estrutura funcional hierárquica, o que as estaria levando a menos ativismo e mais profissionalismo; além de uma adequação aos objetivos e discursos dos órgãos financiadores. No entanto, tal fato permitiu o planejamento e a realização de projetos estáveis voltados para o empoderamento das mulheres. Isto é o que indicam as informações analisadas, neste trabalho, sobre os projetos destas ONGs. Há 35 ONGs. Apenas 7 (20%) não recebem apoio financeiro de uma agência internacional de cooperação. As duas primeiras foram criadas em 1980 e a última em 1999. Não há registro de ONG feminista criada após 2000. Elas se concentram no Rio de Janeiro e em São Paulo. A maior parte delas têm como foco políticas públicas para mulheres. Tanto educação e capacitação, quanto direitos humanos das mulheres negras são foco, cada um deles, para 14% das ONGs. O maior número de projetos (14), são os voltados para educação e capacitação; seguido por oito na área de saúde reprodutiva; seis na área de políticas públicas e mais seis voltados para violência doméstica. 'Saúde e direitos reprodutivos', tema de interesse central para o feminismo contemporâneo continua forte, com 11 projetos. Entre os temas que foram surgindo já na épocas das ONGs, sobressaem os projetos em políticas públicas, violência, direitos humanos e representação política. As ONGs são dirigidas, em sua maioria por profissionais de classes média e alta, com alto nível de escolaridade. As duas Agências que mais financiam são Ford e MacArthur. A área de saúde e direitos reprodutivos é a mais contemplada com financiamentos: pela Ford, 2/3 do total, pela MacArthur, 60% do total; e representa 40% do total do financiamento da Europeaid para as ONGs feministas.

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006

♦ Escola Nacional de Ciências Estatísticas/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras

Maria Salet Ferreira Novellino

Escola Nacional de Ciências Estatísticas/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1. Introdução

O movimento feminista brasileiro contemporâneo caracteriza-se pela sua instituição em ONGs, as quais foram criadas entre 1980 e 1999. Esta institucionalização do movimento é criticada por algumas feministas pelos compromissos que as ONGs assumem com órgãos financiadores bem como por sua estrutura funcional hierárquica, fatos que as estariam levando a menos ativismo e mais profissionalismo. Critica-se também a adequação do discurso feminista e dos projetos das ONGs aos objetivos dos órgãos financiadores. No entanto, esta institucionalização e este profissionalismo permitiram o planejamento e a realização de projetos estáveis voltados para as necessidades das mulheres.

Nessa perspectiva, o propósito deste trabalho é verificar se as ONGs representam um retrocesso ou um avanço para o movimento feminista brasileiro. Para isto, os projetos das ONGs feministas serão analisados e comparados com as ações e iniciativas do movimento feminista antes de sua institucionalização.

As ONGs feministas foram identificadas através do diretório da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), o qual fornece informações a respeito da data da fundação, endereço, missão institucional, orçamento, fonte de recursos, público-alvo, entre outras; e que permitiram um primeiro retrato das ONGs. Destas, foram selecionadas aquelas que possuíam sítio na Web, de onde foram retiradas informações sobre seus projetos.

Este trabalho começa com um histórico do movimento feminista brasileiro desde 1910, o qual está sendo chamado de feminismo cívico; seguido pelos feminismos populista, revolucionário e acadêmico e, finalmente, institucional, os quais também são descritos na primeira parte deste trabalho. Na parte que se segue, são apresentadas as ONGs feministas brasileiras analisadas; e, na última parte, é feita uma análise das atuações destas ONGs bem como uma comparação entre essas ações e aquelas desempenhadas nas etapas anteriores do movimento feminista brasileiro.

2. O movimento feminista no Brasil

De acordo com Pinto (1992:132) “O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo”. Portanto, segundo esta autora, o movimento feminista não incluiria expressões de movimentos sociais que mesmo contando com a participação ou liderança de mulheres não colocassem em questão as relações de gênero mesmo se reivindicassem ações de interesse específico das mulheres.

O movimento feminista é, em geral, categorizado no que se convencionou chamar de duas ondas. A primeira pode ser caracterizada como um movimento sufragista, no qual as mulheres se organizaram para lutar por seus direitos políticos: votarem e serem votadas. A segunda pode ser caracterizada como um movimento de liberação, no qual as mulheres discutem a sua sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres. Atualmente, fala-se de uma terceira onda, na qual seriam objeto de análise as diferenças entre as mulheres. Esta onda teria surgido da crítica às

feministas da segunda onda, as quais teriam substituído uma concepção androcêntrica de sujeito universal por uma concepção ginocêntrica de mulher universal.

Considerando as particularidades do movimento feminista brasileiro, categorizei os seus diferentes momentos em:

(a) Feminismo cívico: nesta fase do movimento, as mulheres nele engajadas lutavam por seus direitos políticos: votarem, serem votadas e exercerem cargos públicos. Isto é, serem reconhecidas como cidadãs.

(b) Feminismo populista: neste momento do movimento, as feministas se aproximam das mulheres das classes sociais de menor poder aquisitivo, assumindo suas reivindicações com o intuito de cooptá-las para o movimento feminista e/ou para organizações políticas.

(c) Feminismo revolucionário: movimento social que passa a se constituir autonomamente, deixando de ser parte de organizações político-partidárias. A partir deste momento, as mulheres privilegiam suas necessidades estratégicas: direito ao prazer e livre-determinação sobre o corpo e questionamento efetivo das relações de poder com os homens tanto na esfera privada quanto na pública.

(d) Feminismo acadêmico: está associado tanto ao feminismo revolucionário quanto ao institucional. Caracteriza-se pela crítica ao universalismo científico nas universidades e institutos de pesquisa.

(e) Feminismo institucional: fase do movimento feminista no qual as ativistas se organizam em ONGs. As organizações perdem quaisquer traços de voluntarismo e informalidade. Ao contrário, constituem-se em instituições com projetos de intervenção cujos orçamentos são financiados por organismos internacionais ou pelo Estado.

2.1. Feminismo cívico

Em 1910, ano de eleição presidencial, ainda na República Velha (1889-1930), foi fundado, no Rio de Janeiro, sob a liderança da professora e jornalista Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935), o *Partido Republicano Feminino* (PRF). Apesar de ser denominado de ‘Partido’, era composto por pessoas que não tinham direitos políticos. Mas a intenção era mesmo promover uma campanha pela extensão do direito ao voto às mulheres. O PRF era composto, majoritariamente, por professoras, as quais organizaram, em 1917, uma marcha com cerca de 90 mulheres no Rio de Janeiro (então Capital Federal), na qual se exigia a extensão dos votos às mulheres. Desaparece, porém, ao final da mesma década em que foi criado. O PRF também tinha como bandeiras a emancipação das mulheres e que os cargos no serviço público fossem abertos a todos os brasileiros independente do sexo. A mulher do então presidente da república Hermes da Fonseca (1910-1914), Orsina da Fonseca, era a presidente de honra do PRF.

Em 1919, Bertha Lutz (1894-1976), recém-chegada de Paris, onde se formou em biologia na Universidade de Sorbonne, e Maria Lacerda de Moura (1887-1945), professora e escritora, fundaram, no Rio de Janeiro, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM), um grupo de estudos que buscava a emancipação intelectual das mulheres, e que assumiu a luta pelo voto feminino. A atuação das ativistas da Liga consistia, basicamente, em dar entrevistas, escrever artigos para jornais sobre o direito ao voto para as mulheres bem como dar subsídios, sobre esta questão, para parlamentares.

Maria Lacerda de Moura, porém, logo deixou o grupo de Bertha Lutz, alegando que a luta de Lutz e de suas companheiras iria beneficiar algumas poucas mulheres. Enquanto as primeiras não confrontavam o poder patriarcal instituído, Moura identificava o homem como opressor na figura do capitalista que explorava o trabalho das mulheres. Militante comunista, ela pensava o feminismo no contexto das lutas de classe.

Pinto (2003:10) nomeia essas duas tendências do movimento feminista brasileiro como ‘feminismo bem comportado’, o liderado por Bertha Lutz, e ‘feminismo mal comportado’, no qual se enquadraria Maria Lacerda de Moura. Na minha concepção, essa diferença tem a ver com as classes sociais das feministas. As ‘bem comportadas’ voltavam-se para os anseios das mulheres das classes média e alta: direitos políticos. As ‘mal comportadas’ preocupavam-se com os direitos das trabalhadoras das classes baixas que cumpriam extensos horários de trabalho e sofriam assédio dos seus chefes ou patrões. As bem comportadas eram as feministas cívicas, tendência no movimento feminista de maior repercussão nas primeiras décadas do século XX.

A LEIM foi posteriormente re-batizada de *Liga pelo Progresso Feminino*. Com a adesão de outros estados, formou-se a *Federação das Ligas pelo Progresso Feminino*, que deu origem, em 1922 à *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (FBPF), tendo à frente Bertha Lutz. Tal como consta dos estatutos da Federação, seus objetivos eram: promover a educação feminina e elevar o nível de sua formação escolar; proteger mães e crianças; conquistar uma legislação trabalhista para a mulher; expandir sua consciência política e social; assegurar os direitos políticos garantidos à mulher pela Constituição e instruí-la no exercício inteligente desses direitos; fortalecer os elos de amizade com outros países americanos, assim como garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental. (Hahner, 2003:299) A FBPF tinha representação em quase todos os estados brasileiros e sede no Rio de Janeiro e era comandada por uma elite de mulheres educadas –muitas com diploma universitário, as quais eram filhas de industriais, intelectuais, militares, políticos ou profissionais liberais. Por meio de viagens e/ou leituras, tomavam conhecimento das ações das ativistas dos movimentos feministas europeu e estadunidense. As lideranças feministas da FBPF evitavam confrontos com a força instituída e procuravam estabelecer articulações com políticos com o intuito de sensibilizá-los para a causa do voto feminino.

A estratégia das feministas na luta pelo direito ao voto compreendia propaganda e contatos com a elite política, e expansão da sua rede de organizações para a maior parte dos estados brasileiros. Bertha Lutz e outras líderes sufragistas faziam resenhas para a imprensa e, freqüentemente, davam entrevistas a rádios, jornais e revistas. No início dos anos 30, a FBPF manteve um programa de rádio: *Cinco Minutos de Feminismo*. A FBPF também organizou fóruns públicos de discussão, lançou manifestos, campanhas de cartas e petições, na tentativa de obter registro como eleitoras, além de acompanharem as sessões do Congresso.

A FBPF organizou três congressos –dois internacionais e um nacional. O primeiro, em 1922, ano de sua criação, contou com a participação de uma líder feminista holandesa e outra estadunidense. Como resultado deste Congresso, foi criada a *Aliança Brasileira pelo Voto Feminino*. Foram também convidados, para este evento, políticos simpatizantes ao voto feminino. Cabendo ao senador por Santa Catarina Lauro Muller presidir a sessão final do Congresso.

O segundo Congresso (1931) tinha como objetivo ganhar mais adeptas para o movimento sufragista e fazer maior propaganda da bandeira do voto feminino. Tomaram parte neste Congresso representantes de 15 estados brasileiros, além dos da capital, bem como representantes de oito países estrangeiros. O seu programa compunha-se das seguintes seções: educação e instrução; proteção às mães e à infância; o trabalho feminino no comércio e na indústria; exposição do lar moderno e atividades femininas profissionais; questões sociais e conagraçamento feminino nacional, que incluía o papel da mulher na assistência social como voluntária e como profissional, polícia feminina e regime penitenciário feminino; voto feminino, direitos iguais, reformas legislativas pleiteadas pela mulher; e paz universal. (Miranda, 1980:173-175)

O terceiro Congresso (1936) foi realizado após as eleições para as Assembléias Estaduais e Nacional. Tinha como objetivo organizar uma agenda feminista para a atuação parlamentar das feministas eleitas ligadas à FBPF.

Com o primeiro Congresso visava-se uma articulação com parlamentares procurando sensibilizá-los para o voto feminino; com o segundo, procurou-se ampliar as bases da FBPF em todo o Brasil; e com o terceiro, procurou-se desenhar uma estratégia de ação para as mulheres no parlamento, principalmente para Bertha Lutz.

Às mulheres brasileiras foi dado o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932. O decreto n.º 21.076 criou o novo Código Eleitoral, cujo Artigo 2º dizia: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”. Tornando-se o Brasil o quarto país das Américas a garantir o voto às mulheres, após o Canadá (1919), Estados Unidos (1920) e Equador (1929).

Em 1º de janeiro de 1933, a FBPF conduziu a formação da *Liga Eleitoral Independente*, no Rio de Janeiro e em vários outros estados, com o intuito de promover a campanha eleitoral de feministas, estimular o registro eleitoral por parte das mulheres, e promover uma educação política.

Para a Assembléia Constituinte Nacional (1933) foi eleita apenas uma mulher, a médica paulista Carlota Pereira de Queirós (1892-1982). Para as Assembléias Constituintes Estaduais (1934) foram eleitas nove mulheres. Dessas, três eram integrantes da FBPF. Bertha Lutz não foi eleita, porém conseguiu a primeira suplência, assumindo o mandato de deputada federal em 1936, após o falecimento do titular da cadeira.

Na Câmara, Bertha participou da criação da *Comissão do Código Feminino*, a qual passou a presidir. Nesta posição, pressionou os outros deputados para que sancionassem um estatuto da mulher, o qual tratava da situação legal e dos direitos sociais da mulher e incluía regras específicas sobre o trabalho das mulheres. Bertha propôs também a criação de um departamento nacional da mulher, o qual teria como função supervisionar os serviços relacionados às questões femininas fundamentais: trabalho, proteção à criança, e situação e direitos no lar. Nesta questão, teve oposição de Carlota Pereira de Queirós. Não houve tempo, porém, para que as propostas do departamento e do estatuto fossem votados. O Congresso foi fechado em 10 de novembro de 1937 com a instauração do Estado Novo (1937-1945). Neste período de ditadura, o movimento feminista, assim como todo o movimento social, sofreu um grande retrocesso. No Estado Novo, além de não mais poder exercer, junto com os homens, o direito de votar e ser votada, de terem os cargos públicos seriamente restringidos e interditados, nenhuma atividade política organizada pelas mulheres pôde acontecer.

Apesar do golpe de 1937 ter paralisado o movimento feminista, a FBPF não desapareceu, mas foi perdendo espaço e mesmo depois da redemocratização de 1945, não foi mais expressiva.

De caráter bem diferente da FBPF, foi criada em maio de 1935 a *União Feminina do Brasil* (UFB), ligada à *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), e que tinha como propósito conduzir lutas por melhores condições de trabalho e de vida para as mulheres, principalmente as operárias. A ANL era uma frente que reunia partidos e organizações de esquerda e progressistas em torno da luta contra o imperialismo e o fascismo, agregando classe média e operariado. Tal como a ANL, a UFB era composta por mulheres da classe média e da classe trabalhadora, as quais procuravam mobilizar as mulheres e ganhar, assim, um maior apoio delas para o programa da ANL. A Aliança e, conseqüentemente, a União, foram postas na ilegalidade pelo Estado Novo.

2.2. Feminismo populista

O fim do Estado Novo e a volta à democracia, em 1945, conduziu a uma re-articulação das feministas, as quais assumiram as lutas das mulheres das classes populares. A principal delas era a luta contra a carestia de vida. Então, com o apoio do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB),

surgiram as *União Femininas contra a Carestia*. Este período é considerado como de refluxo do movimento feminista, pois as lutas conduzidas pelo movimento de mulheres não seriam feministas no sentido de lutarem pela transformação da condição da mulher na sociedade. No entanto, entendo que, como expressão do movimento social organizado de mulheres, não deve ser excluído da sua história, mas visto como a ação possível naquele momento histórico.

Em 1949, aconteceu a *I Convenção Feminina do Distrito Federal*, no Rio de Janeiro, evento comemorativo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher na qual foram abordadas questões referentes aos direitos da mulher, bem como a proteção à infância e contra a intervenção dos EUA na Coreia. Dentre as resoluções desta Convenção, constava a criação de uma organização que aglutinasse as associações já existentes. Assim, foi criada a *Federação de Mulheres do Brasil* (FMB), que tinha como função centralizar e dirigir o movimento de mulheres em todo o país e que teve como primeira presidente Alice Tibiriçá (1816-1950). Era orientação da FMB às suas afiliadas conduzir campanhas que expressassem as necessidades das mulheres das classes mais baixas, tais como: bica d'água, calçamento de uma rua, carestia de vida, merenda escolar, etc. A FMB congregava organizações de mulheres de onze estados. Abrigava mulheres de várias tendências de esquerda, com forte influência do PCB.

A FMB realizou o seu primeiro Congresso em 1951, no qual os principais temas foram: luta contra a carestia, proteção à infância e contra a intervenção dos EUA na Coreia. Dentre as bandeiras: criação de escolas, de parques infantis, de lactários e de creches nos bairros pobres; contra o trabalho infantil mal-remunerado; proteção à maternidade, criação de associações de bairro para combater o mercado negro, lutar contra o aumento de preços e demandar ao Governo uma ação mais decisiva de proteção aos consumidores populares. Deixa de atuar na segunda metade dos anos 50.

Em junho de 1947, começou a circular o jornal *Momento Feminino* (1947-1957). Formado e apoiado por mulheres comunistas, o jornal voltava-se para a defesa da cidadania feminina, além de lutar contra a carestia, e colocar-se contra a intervenção dos EUA na Coreia. As organizações feministas eram, neste momento, ligadas a partidos políticos, como é o caso da *Frente Nacionalista Feminista*, que atuou desde os anos 50 até o golpe militar de 1964.

O golpe militar de 1964 dizimou o movimento social brasileiro e, conseqüentemente, o movimento feminista.

2.3. Feminismo revolucionário

O feminismo revolucionário teve início ainda durante o período da ditadura militar (1964-1984). O marco desta fase foi a *I Conferência Mundial sobre a Mulher*, organizada pelas Nações Unidas e que aconteceu entre 19 de junho e 2 de julho de 1975. Desde o golpe militar de 1964 até esta data, o movimento de mulheres no Brasil se resumia ou ao engajamento na luta pela anistia política cujo resultado foi a criação do *Movimento Feminino pela Anistia*; ou a reuniões em espaços privados para discutir questões como sexualidade e subordinação.

O ano da *I Conferência Mundial sobre a Mulher* (1975) foi declarado, pelas Nações Unidas, o Ano Internacional da Mulher, o qual deu início à Década da Mulher. O fato de ter sido realizada no México facilitou e estimulou a participação de representantes de vários países latino-americanos. E, principalmente, estimulou a criação de grupos feministas nesses mesmos países. No Brasil, o ano de 1975 marcou o início de uma série de debates sobre a condição feminina. Um dos primeiros foi o seminário *O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira* na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), de 30 de junho a 6 de julho. Este evento, patrocinado pelas Nações Unidas, foi organizado por dois grupos feministas informais cariocas.

Como resultado desta grande reunião feminista, foi criado o *Centro da Mulher Brasileira* (CMB), que tinha como finalidade difundir o programa da Década da Mulher das Nações Unidas,

denunciar a discriminação contra as mulheres e realizar pesquisas sobre questões ligadas às mulheres. O CMB tinha um amplo leque de reivindicações, que ia de anistia política à criação de creches.

O CMB, formado por cerca de 50 mulheres de classes média e alta, conseguiu obter, durante anos, verbas públicas do Ministério da Educação para manter uma sede no centro da cidade do Rio de Janeiro e realizar algumas pesquisas. Entre 1975 e 1982 o CMB promoveu atividades regulares, chegando a reunir cerca de 200 filiadas; realizava seminários, reuniões, editava boletins, organizava as comemorações de 8 de março, e também oferecia assistência jurídica e psicológica. Abrigava diferentes tendências, mas sua atuação, no final dos anos 70, começou a ser criticada por algumas feministas, que exigiam a discussão de temas mais especificamente de gênero, tais como sexualidade e descriminalização do aborto.

Essa divergência resultou numa cisão dentro do CMB, da qual emergiu o *Coletivo de Mulheres* (CM). O *Documento das Vinte e Três*, lançado por suas integrantes, defendia a autonomia do movimento feminista. Autonomia, para as feministas, significava independência em relação, principalmente, aos partidos e organizações políticas. Nesta perspectiva autonomista foi lançado o jornal *Brasil Mulher*, órgão do grupo feminista *Sociedade Brasil Mulher*. O *Brasil Mulher* (1975-1980) chegou a atingir uma tiragem de 10 mil exemplares e teve 16 números publicados. Na avaliação de Leite (2003:237) “o jornal *Brasil Mulher*, desde o número 0, afirmava a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, debatia um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação/exploração das mulheres e divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Por outro lado, posicionava-se sobre todos os fatos conjunturais em pauta na realidade brasileira pós-luta armada, em plena vigência da ditadura militar e da reorganização do movimento popular.”

Uma característica do movimento feminista que emergiu nos anos 70 era a vinculação de suas participantes mais ou menos intensamente com organizações de esquerda. Segundo Ávila (2001:49), o movimento feminista brasileiro que se organizou na década de 70, ainda sob o regime militar, situava-se historicamente no campo da esquerda. Deve-se, no entanto, ressaltar, como o fazem a maior parte da literatura feminista, que as relações entre feministas e organizações de esquerda eram conflituosas, pois que as questões de gênero eram tomadas, por estas últimas, como secundárias.

Esta vinculação das feministas com organizações de esquerda levou algumas delas ao exílio. Lá, formaram um grupo de discussão sobre o feminismo: o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* (1975-1979). Quando as primeiras dessas mulheres começaram a voltar ao Brasil, em 1976, alguns anos antes da Anistia, lançaram o jornal que recebeu o nome do grupo: *Nós Mulheres*, o qual teve 8 números e cujo objetivo era refletir sobre a condição feminina e, em especial, as questões relacionadas a saúde, direitos sexuais e reprodutivos. O objetivo delas era editar um jornal feminista, que, ao mesmo tempo que fizesse oposição ao governo militar, divulgasse as lutas das mulheres. Tanto o *Brasil Mulher* quanto o *Nós Mulheres* eram sustentados pela venda e pela colaboração de ‘sócios honorários’ que contribuía mensalmente com determinadas quantias em dinheiro.

Os temas especificamente de interesse das mulheres tratados no *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* foram: direitos reprodutivos (anticoncepção, planejamento familiar, aborto, sexualidade); creche; organização popular de mulheres; mulher e trabalho; violência doméstica.

2.4. Feminismo acadêmico

O feminismo acadêmico emergiu com os estudos sobre as mulheres em universidades e em instituições de ensino e pesquisa, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais, começando nas áreas de sociologia e demografia e se expandindo para antropologia, história,

literatura, psicologia, psicanálise, direito, saúde, política, geografia, educação, comunicação, artes e economia. (Costa, 1994:405) Esses estudos vieram para desconstruir os modelos androcêntricos de análise e interpretação e para estabelecer parâmetros para o que seria uma interpretação ginocêntrica de fenômenos sociais. Segundo Bruschini e Unbehaum (2002:20), “os estudos de gênero no Brasil surgiram do interesse de pesquisadoras e professoras universitárias pelo tema da mulher na força de trabalho”, o qual era explorado na perspectiva da divisão sexual do trabalho, estudando-se as ocupações tipicamente femininas. Mais tarde, nos anos 90, com a introdução do conceito de gênero, o aspecto relacional entre os sexos começa a ser considerado. Os estudos sobre as mulheres desenvolvidos de acordo com a perspectiva da divisão sexual do trabalho tinham como objeto as mulheres em seus ‘guetos’; os estudos de gênero tomam como objeto as mulheres em espaços onde homens e mulheres se relacionam.

Os primeiros estudos sobre as mulheres foram realizados na Fundação Carlos Chagas (FCC), em seu Departamento de Pesquisas Educacionais, com o apoio da Fundação Ford. A FCC, entidade privada e sem fins lucrativos, foi fundada em 1964. No final da década de 70, com o apoio financeiro da Fundação Ford, deu início aos Programas de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres, cujo objetivo era o de constituir e consolidar o campo de estudos sobre as mulheres no Brasil (ver Bruschini e Unbehaum (2002)).

O projeto de implementação de um núcleo de estudos sobre as mulheres financiado pela Fundação Ford incluía o lançamento de uma publicação periódica para divulgação desta nova área de pesquisa. Esta publicação foi o jornal *O Mulherio* (1981-1988) que ficou sediado na FCC até 1983. A partir de 1984 passou a ser editado por um órgão criado exclusivamente para tal: o Núcleo de Comunicação Mulherio. Mais profissional do que os jornais feministas anteriores, tinha equipe técnica e as matérias eram assinadas. Em junho de 1988 foi lançado *NEXO – Feminismo, Informação e Cultura*, uma publicação que tenta dar continuidade ao *Mulherio*, também com o apoio da Ford. Mais tarde foram sendo criados outros núcleos de estudos e pesquisas. (ver anexo 1)

Alguns destes núcleos de estudos têm participado da projeção e implementação de projetos desenvolvidos pelas ONGs. (dar exemplos)

2.5. Feminismo institucional

O contexto de emergência do feminismo institucional foi o do início do processo de redemocratização do país, após um longo período de ditadura militar (1964-1984), o qual possibilitou a re-organização da sociedade civil para lutar pela garantia de seus direitos. A volta à democracia redimensionou a relação entre movimento social e Estado. Durante a ditadura, o movimento feminista, assim como o movimento social como um todo, tinha uma posição de confronto em relação ao Estado. Com o retorno à democracia, a postura passou a ser reivindicatória, tendo como apoio a pressão internacional por políticas públicas voltadas para as especificidades das mulheres. Como resultado, o Estado passou a solicitar a cooperação das ONGs no planejamento e execução de políticas e serviços.

O feminismo institucional caracteriza-se pela organização das ativistas em várias e diferentes ONGs. Essa nova forma de organização, a partir dos anos 90, segundo Alvarez (1998b:2) abandona as atividades voltadas para educação popular, mobilização e para o empoderamento de mulheres pobres e trabalhadoras; e volta-se para atividades focalizadas em políticas, especializam-se. Assiste-se a uma concentração de recursos entre as ONGs mais profissionalizadas e com maior capacidade técnica. Elas, então, teriam se tornado mais especialistas em gênero do que ativistas. Essa mudança pode ser atribuída ao relacionamento das ONGs com agências de fomento estrangeiras e com o Estado, que demandam das ONGs feministas o conhecimento de políticas públicas com perspectiva de gênero, a capacidade de

execução de certos serviços de atendimento à mulher tais como apoios psicológico e jurídico, bem como programas de capacitação para mulheres pobres e trabalhadoras. Para responder a essas demandas, as ONGs tinham que oferecer um ambiente institucional profissionalizado e especializado.

O resultado dessa mudança, segundo Alvarez (1998b:2) foi o distanciamento das ONGs do ativismo, comprometendo sua capacidade de monitorar políticas de forma mais crítica e lutar por reformas mais substantivas. As atividades atualmente desenvolvidas pelas ONGs feministas bem como os laços que estabelecem, levam-nas a concentrarem mais energias e recursos em atividades mais técnicas e menos contestatórias. Alvarez (1998b) refere-se ao processo de institucionalização do movimento na América Latina. Esta ruptura entre 'institucionalizadas' e 'autônomas', motivo de muita discussão nos encontros feministas latino-americanos (ver Alvarez (2003)), não parece ser muito forte no Brasil, como a análise dos dados mais à frente vai mostrar, e como pode-se apreender da descrição de Gouveia (2001:274) sobre o processo de institucionalização da ONG SOS Corpo, a qual organizava-se, inicialmente, de maneira que todas as suas ativistas realizavam todas as atividades, da intervenção social à manutenção de sua sede. Mais tarde, "houve uma conformação de equipes fixas e organizadas a partir das habilidades e dos interesses pessoais em combinação com as áreas temáticas e campos de intervenção, o que, naquele momento, denominou-se de núcleos". Atualmente, as equipes se estruturam a partir de projetos.

As ONGs podem ser definidas como constituídas por um quadro de profissionais especializados assalariados e, em alguns casos, com alguns voluntários; recebem apoio financeiro de agências de fomento e fundações estrangeiras e do Estado; engajam-se em planejamentos estratégicos pragmáticos para desenvolver projetos com o objetivo de influenciar políticas públicas e dar assessoria ao Estado.

Inicialmente, eram provedores das ONGs exclusivamente as agências. Embora seu apoio financeiro ainda seja altamente significativo, entra em cena, a partir dos anos 90, o Estado, por dois motivos: com uma política neo-liberal de privatização de serviços e pela pressão internacional por políticas de gênero. A relação de cooperação entre ONGs e Estado foi se solidificando e as ONGs passaram a cobrar a criação de órgãos estatais de controle de políticas de gênero, como as secretarias que velassem pelos direitos das mulheres. Essas secretarias foram inicialmente formadas por militantes de ONGs feministas.

Apesar de todas as realizações das ONGs feministas brasileiras, a institucionalização do movimento feminista conduziu à perda gradual da sua autonomia. Nos anos 70, época do feminismo revolucionário, autonomia era entendida como independência em relação às organizações político-partidárias. A partir dos anos 80, o conceito de autonomia envolve independência do Estado e de agências de fomento. Neste sentido, a autonomia foi sendo perdida, primeiramente, pela vinculação com as agências de fomento com as quais estabeleceram dependência financeira para o desenvolvimento de projetos. Com a redemocratização do país, passaram a receber financiamento também do Estado.

A institucionalização das organizações feministas significou a racionalização e rotinização de seus procedimentos e normas para a execução de projetos, avaliação de políticas e oferta de serviços de apoio às mulheres. No início de suas atividades, as ONGs feministas brasileiras tinham como meta educação e conscientização das mulheres pobres e trabalhadoras visando seu empoderamento. Mais tarde passaram a se colocar como intermediárias entre as mulheres e o Estado, propondo e monitorando políticas. As ativistas, na era das ONGs, tornaram-se especialistas na projeção, execução e avaliação de políticas de gênero. Ou como substitutas do

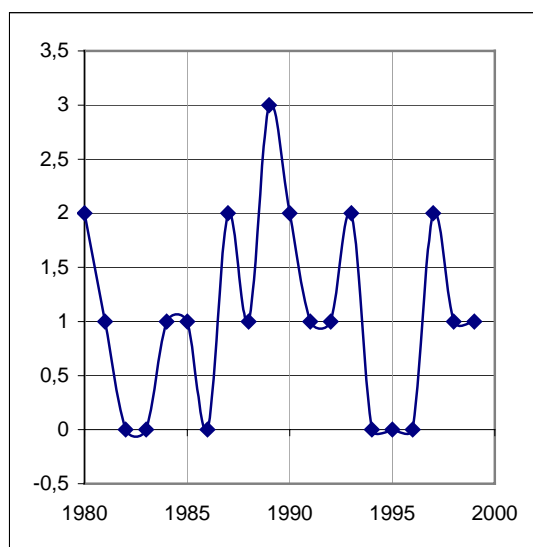
Estado, como resultado de uma política neo-liberal de terceirização de serviços de assistência para mulheres pobres.

Se todas essas atribuições que passam a comprometer mais as ONGs com atividades mais formais e constantes podem tê-las levado a uma maior conservadorismo, por outro lado, deram estabilidade às suas intervenções, realizadas através de projetos bem estruturados. Portanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que as ONGs apresentam uma vida mais longa, estável e profícua do que as OGs feministas, como os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da mulher.

3. As ONGs feministas brasileiras

Segundo o banco de dados da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), há, no Brasil, 35 ONGs feministas. Dessas 35, apenas 7 (20%) não recebem apoio financeiro de uma agência internacional de cooperação. Esta informação comprova a relevância de analisar o impacto dessas agências sobre os projetos das ONGs feministas, já que 80% delas recebem financiamento. Para analisar essa relação, selecionei, dentre essas 35, as ONGs que tivessem sítio na Web, as quais representam 60% (21 ONGs) do total.

Gráfico 01



Como se pode ver no gráfico acima, as duas primeiras ONGs feministas foram criadas em 1980 e a última em 1999. Não há registro de ONG feminista criada após 2000. Em 1981 foi criada a terceira ONG, e as duas seguintes foram criadas em 1984 e 1985. Em 1987 surgem mais duas, em 1988 mais uma e em 1989 mais três. Em 1990 mais duas, em 1991 e 1992 mais uma em cada ano, duas em 1993, mais duas em 1997, uma em 1998 e outra em 1999. Os dados mostram que todas as ONGs vêm atuando já há um tempo considerável, que vai de 26 a 7 anos de instituição. Isto mostra uma estabilidade no setor e indica uma atuação de sucesso. Em nenhuma outra fase do movimento feminista as organizações tiveram tanto de tempo de vida desempenhando atuação planejada e sistemática.

As ONGs se concentram na Região Sudeste: no Rio de Janeiro e em São Paulo; portanto temos 13 na Região Sudeste; 3 na Região Nordeste, 4 na Região Centro-Oeste, sendo que 3 delas

na Capital Federal; e apenas uma na Região Sul. As duas primeiras ONGs foram criadas, em 1980, em regiões bastante diversas: uma em Recife, estado de Pernambuco, no Nordeste, a região mais pobre do Brasil e a outra em São Paulo, no Sudeste, a região mais rica do Brasil. Elas são, respectivamente, a *Casa da Mulher do Nordeste*, cuja missão institucional é “contribuir para o empoderamento das mulheres excluídas, a partir da perspectiva feminista, através de processos educativos de geração de renda e de intervenção nas políticas públicas, visando o Desenvolvimento Humano Sustentável no Nordeste”; e a *Rede Mulher de Educação*, cuja missão é “contribuir para o equilíbrio das relações sociais entre homens e mulheres, promovendo a harmonia entre os seres humanos e com a natureza, por meio da educação popular feminista”.

Em 1981 foi criada a *SOS Corpo*, também em Recife, Pernambuco, cuja “missão é contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social”. Também no estado de Pernambuco foi criada, em 1984, o *Centro das Mulheres do Cabo*, que “vem desenvolvendo ações que visam conscientizar as mulheres sobre seu papel na sociedade, priorizando a formação de multiplicadoras e fortalecendo a luta das mulheres contra as desigualdades de gênero e pela afirmação da cidadania”.

Em São Paulo, em 1985, foi criado o *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*, que “desenvolve um trabalho de atenção primária à saúde da mulher com uma perspectiva feminista e humanizada”. Dois anos depois, em 1987, foi criado no Centro-Oeste do país, o *Grupo Transas do Corpo- Ações Educativas em Saúde e Sexualidade*, que “busca construir uma sociedade baseada em princípios feministas de pluralidade, justiça e solidariedade, através de ações educativas em gênero, saúde e sexualidade”. Também em 1987 foi criada no Rio de Janeiro, a *Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)*, cuja missão é “fortalecer conceitos e práticas que estimulem a equidade de gênero, raça e etnia, no âmbito das políticas públicas e da sociedade”. Atua nas áreas de direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Em 1988 foi criada, em São Paulo, a primeira ONG dirigida e constituída por mulheres negras, o *Geledés- Instituto da Mulher Negra*, que “desenvolve atividades com o objetivo de proteger, assegurar e expandir os direitos básicos de cidadania da população negra”.

Em 1989 foram criadas três ONGs. Uma no interior do estado do Rio de Janeiro, o *Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural (SER MULHER)*, cujo objetivo é “criar consciência na sociedade sobre as desigualdades do gênero e promover mudanças em prol da cidadania e autonomia das mulheres”. Outra em Brasília, sede do governo federal, o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)*, cujos objetivos são: defender e promover a igualdade de direitos e a equidade de gênero na legislação bem como no planejamento e implementação de políticas públicas, considerando as desigualdades geradas pela intersecção das discriminações sexistas e racistas; incidir sobre o processo orçamentário com vistas à sua democratização e transparência bem como a incorporação da perspectiva de gênero e de raça/etnia nos gastos públicos; contribuir para fortalecer os movimentos de mulheres e feministas, participando das articulações, subsidiando diálogos com outros movimentos sociais, bem como a interlocução com os poderes constituídos; promover a presença das mulheres e as pautas feministas nos espaços e processos de participação e de representação política; desenvolver instrumentos de comunicação política para ampliar a esfera pública de debate sobre as pautas feministas, tornando possível a articulação em torno da agenda política para a equidade de gênero. “A organização luta de forma autônoma e suprapartidária pela cidadania das mulheres, igualdade de gênero, e por uma sociedade e um Estado justos e democráticos. Tem como compromissos: a defesa e ampliação da democracia nos processos, nas relações e nas instituições sociais; a busca da superação das desigualdades e discriminações de gênero e raça/etnia; e a

afirmação da diversidade, liberdade, solidariedade e autonomia como valores centrais da sociedade".

E ainda em 1989, *Comunicação, Educação e Informação em Gênero* (CEMINA), voltada para a comunicação entre as mulheres via rádio e cuja missão é "contribuir para que a informação e a comunicação incluam adequadamente a perspectiva de gênero e dos direitos humanos. Para alcançar esse objetivo, desenvolvemos linhas de ação que utilizam o potencial educativo e mobilizador do rádio e das novas tecnologias da informação e comunicação para a produção de conteúdo, capacitação de recursos humanos e articulação em rede".

Em 1990, foram criadas a *Casa da Cultura da Mulher Negra*, no estado de São Paulo, a segunda ONG de mulheres negras, a qual se coloca "contra todas as formas de violência que nos agridem enquanto mulheres e negras, na busca de raízes e dos frutos de uma cultura que vem da África". E a *Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação* (CEPIA), organização voltada para "a execução de projetos que contribuam para a ampliação e efetivação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania dos grupos que vêm sendo tradicionalmente excluídos de seu exercício. Neste sentido, ela desenvolve projetos de educação e intervenção social com a preocupação de difundir seus resultados, compartilhando-os com amplos setores da sociedade. Trabalhando com a perspectiva de gênero e no marco dos direitos humanos, tem privilegiado em sua atuação as áreas de saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais, da violência e do acesso à justiça, da pobreza e do trabalho. Organiza seminários, encontros e conferências dialogando com movimentos sociais, juristas e operadores do direito, médicos e profissionais de saúde, sindicalistas, ONGs e responsáveis por políticas públicas e formadores de opinião. Desenvolve também ações de advocacy atuando na proposição, acompanhamento e avaliação de políticas públicas".

Em 1991 foi criado em São Paulo o *Serviço à Mulher Marginalizada*, "que atua nas áreas de gênero e políticas públicas, no combate à exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes. Tem como missão a promoção dos direitos das mulheres e das crianças, tendo em vista a promoção da justiça social, dos direitos humanos no combate a todas as formas de exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes".

Em 1992 foi criada a terceira ONG de mulheres negras - *Criola*, no Rio de Janeiro. Conduzida por mulheres negras de diferentes formações, volta-se para o trabalho com mulheres, adolescentes e meninas negras, com o objetivo de prepará-las para enfrentar o racismo, o sexismo e a homofobia.

Em 1993, foi criado em São Paulo o capítulo brasileiro das *Católicas pelo Direito de Decidir*, organização "de caráter ecumênico que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça. Desde a criação no Brasil, promove os direitos das mulheres (especialmente sexuais e reprodutivos), e luta pela cidadania das mesmas e pela igualdade nas relações de gênero, tanto na sociedade como no interior das religiões, especialmente da católica. Divulga o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas".

Também em 1993 foi criada *Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero*, no Rio Grande do Sul, que defende que "é preciso refletir sobre a instituição do Direito e a construção de sujeitos, a partir das relações de gênero, raça e classe social". Sendo assim, a Themis, "através de pesquisa, estudos e ação, busca romper a lógica de 'estender' direitos masculinos às mulheres e construir novas referências e paradigmas do que é ser humana no Direito".

Em 1997 foi criada a *Casa da Mulher Trabalhadora* (CAMTRA) no Rio de Janeiro, cuja missão é "ir ao encontro de outras mulheres, com a perspectiva de colaborar para o fortalecimento de sua autonomia e despertá-las para a importância de sua participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária". Através das áreas temáticas educação, saúde e direitos humanos, segue as linhas de ação: intervenção direta junto às mulheres, formação política e a participação em redes e fóruns. Também em 1997, foi criada em São Paulo *Fala Preta!*, ONG de mulheres negras, cujos objetivos são: promover e defender os direitos humanos da população negra; promover o desenvolvimento humano sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações negras urbanas e rurais; contribuir para a construção de um conhecimento crítico acerca das mulheres negras e da população negra nas áreas de sexualidade e saúde reprodutiva; formar mulheres e jovens em torno de questões de saúde reprodutiva, direitos humanos e educação ambiental; contribuir para o desenho e implementação de políticas públicas que promovam a igualdade étnica e de gênero, especialmente no campo da saúde reprodutiva; capacitar mulheres e jovens para inserção no mercado de trabalho; colaborar para o fortalecimento e articulação das mulheres negras no nível local, nacional e internacional; combater todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, população negra e outros grupos discriminados; disseminar informações acerca da mulher negra, relações de gênero e raça.

Em 1998 foi criada a *Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento* (AGENDE), em Brasília, DF, cuja missão é "firmar a perspectiva feminista nas agendas políticas e sociais e na implementação de políticas públicas a fim de fortalecer a cidadania e a democracia bem como o desenvolvimento com equidade". Ela desenvolve ações, estudos e projetos de educação e intervenção social em advocacy e monitoramento de políticas públicas, orçamento e medidas legislativas nas áreas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

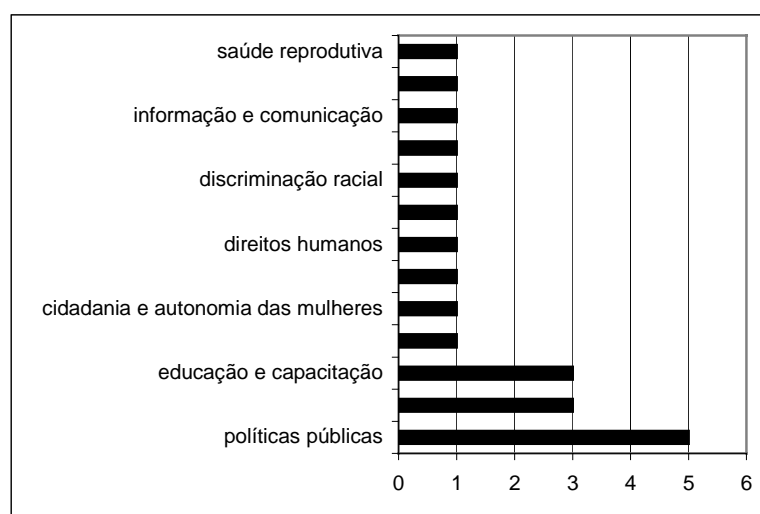
E, em 1999, a *Anis-Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero*, também em Brasília, que promove a pesquisa e o ensino da ética e da bioética, relacionando-a à temática dos direitos humanos, do feminismo e da justiça entre os gêneros. Democratiza pesquisas e ações em bioética que promovam e assegurem os direitos fundamentais das mulheres, da bioética feminista e da justiça entre os gêneros. Atua junto a entidades sociais, políticas e educativas, assessorando e advogando os princípios dos direitos fundamentais das mulheres, da bioética feminista e da justiça entre os gêneros. Desenvolve ações de capacitação e pesquisa junto a universidades, centros de pesquisa, organizações não-governamentais, associações profissionais, comitês de ética em pesquisa, movimentos sociais organizados, bem como outras instâncias sociais, políticas e educativas comprometidas com os interesses, direitos e capacidades das mulheres; Ações de advocacy junto ao Poder Legislativo e à mídia, baseadas nos princípios da bioética feminista, dos direitos fundamentais das mulheres e da justiça entre os gêneros.

3.1. Missão, objetivos e projetos das ONGs

Nos sítios das ONGs, levantei informações sobre a missão e os objetivos de cada uma delas bem como sobre os projetos que ora desenvolvem. No que diz respeito a suas missões e objetivos, considerando os textos sobre os mesmos que apareciam em seus sítios, agreguei as diferentes ONGs de acordo com o que considerei ser o seu foco.

A maior parte das ONGs feministas brasileiras ora atuantes (24%) têm como foco políticas públicas para mulheres. Tanto educação e capacitação, quanto direitos humanos das mulheres negras são foco, cada um deles, para 14% das ONGs. As restantes, que representam 48% do total de ONGs feministas, apresenta, cada uma um foco diferente, como se pode ver no gráfico abaixo.

Gráfico 2



As ONGs também foram analisadas pelos projetos que desenvolvem. A *Casa da Mulher do Nordeste* está conduzindo o projeto *Mulher e Democracia: 70 anos de luta pela representação política*, que tem como foco principal a representação das mulheres nas esferas do poder no Norte e Nordeste do Brasil. Este projeto consiste na criação de mecanismos continuados de incentivo e apoio direto às candidaturas e mandatos femininos, assim como de influência na formação de opinião, para mudança de mentalidade e desconstrução das interdições culturais à presença da mulher nos poderes da República. A *Rede Mulher de Educação* está desenvolvendo o seguinte projeto: *Educação e Gênero nos Meios de Comunicação*, o qual “tem por objetivo capacitar lideranças comunitárias para exercer uma leitura crítica e intervir nos meios de comunicação em suas cidades e regiões, visando a mudança da visão tradicional da condição da mulher e das relações de gênero na sociedade brasileira”. O *SOS Corpo Gênero e Cidadania* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Mulher e Política*, o qual visa ampliar a proporção de mulheres no exercício da liderança e da representação política em movimentos populares, sociais, sindicatos e partidos progressistas. Para isso, este projeto investe em formação teórico-política, produção de conhecimento e de instrumentos político-pedagógicos e na articulação política. Consiste de um ciclo de atividades: oficinas, estudos individuais e em grupo, visitas a instituições e intercâmbios de experiências, realização de debates políticos. (2) *Formação para Equidade de Gênero*, cuja “finalidade é contribuir para que ONGs e organizações governamentais desenvolvam capacidade para definir e implementar políticas, projetos e ações orientados pela perspectiva da igualdade de gênero. Desenvolve-se por meio de assessoria a organizações da sociedade civil bem como a projetos e programas governamentais e multilaterais em torno de abordagens e estratégias de intervenção em gênero. (3) *Qualidade de Atendimento à Saúde da Mulher*, que “visa a melhoria da qualidade do atendimento à saúde da mulher na rede pública de Pernambuco. Desenvolve-se a partir da produção e difusão de diagnósticos sobre os serviços de saúde e sua relação com o acesso a direitos reprodutivos e sexuais por parte das mulheres, como base de conhecimento para a formação de lideranças mulheres, profissionais do serviço de saúde e membros de conselhos de políticas públicas, bem como a realização de ações de articulação política e advocacy”.

O *Centro das Mulheres do Cabo* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Atendimento Jurídico às Mulheres Vítimas de Violência Sexual e Doméstica*. (2) *Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil*, que consiste no atendimento psicológico, atividades lúdico-culturais e acompanhamento jurídico. (3) *Projeto Creche*, que atende a cerca de 1200 crianças. (4) *Projeto Saúde da Mulher*, o qual propõe ações e monitora políticas públicas. O *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde* executa uma série de projetos nos quais desenvolvem-se as seguintes atividades: consultas ginecológicas, atendimento psicológico e serviço de treinamento, em parceria com universidades, profissionais de saúde, organizações feministas, órgãos governamentais, organiza programas de treinamento nas áreas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, violência de gênero e direitos humanos. O *Grupo Transas do Corpo* desenvolve o seguinte projeto: *Formação Feminista*, o qual visa fortalecer identidades feministas das lideranças femininas; tendo como alvo quatro segmentos de mulheres: as mulheres da equipe da própria ONG, lideranças de outras ONGs ou movimentos, universitárias e lideranças populares.

A *Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Poder Local Eu Também Quero*, que visa à capacitação de lideranças como estratégia para incorporação das questões de gênero nas políticas locais de desenvolvimento sustentável. (2) *Educação Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*, cujo objetivo é fomentar ações de combate à desertificação no semi-árido, através da produção de material didático e da formação de agentes comunitários, com foco na introdução da questão de gênero no manejo da água.

O *Geledés - Instituto da Mulher Negra* desenvolve os seguintes projetos: (1) *SOS Racismo*, que oferece assistência legal às vítimas de discriminação racial. (2) *Promotoras Legais Populares*, que oferece subsídios legais a lideranças comunitárias bem como às mulheres em geral, tendo como diretriz os princípios fundamentais de direitos humanos. (3) *Relações Internacionais*, voltado para ampliação e fortalecimento das ações de cooperação internacional com redes de intercâmbio e de solidariedade internacional envolvidas na luta global de combate ao racismo e na promoção e respeito aos direitos humanos. (4) *Assistência Jurídica e Psicossocial a Mulheres em Situação de Violência*, que oferece orientação, acompanhamento legal e suporte psicológico a mulheres em situação de violência doméstica e sexual.

O *Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural (SER MULHER)* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Lideranças Regionais na Prevenção de DST/ AIDS*. (2) *Reciclando a Cidadania*, que visa oferecer subsídios para a atuação das promotoras legais populares. (3) *Capacitação de Multiplicadoras em Controle Social*.

O *Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)* desenvolve o programa *Democracia, Cidadania e Igualdade de Gênero*, que compreende os seguintes projetos: (1) Direitos Humanos das Mulheres. (2) Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. (3) Direitos do Trabalho e a Seguridade Social. (4) Participação Política das Mulheres e as Plataformas Feministas. (5) Perspectiva de Gênero no Ciclo Orçamentário e o Controle Social de Políticas Públicas. (6) Comunicação Política sobre Direitos das Mulheres e Igualdade de Gênero. Estes projetos têm como objetivos promover e defender junto aos poderes legislativo e executivo, direitos e políticas públicas baseadas na igualdade de gênero e raça; fortalecer e subsidiar as ações de advocacy e de controle social dos movimentos de mulheres e feministas bem como sua interlocução com os poderes constituídos; empoderamento das mulheres e democratização da informação.

A ONG *Comunicação, Educação e Informação em Gênero (CEMINA)*, desenvolve os seguintes projetos: (1) *Núcleo de Produções Fala Mulher*, que elabora, produz e veicula programas de rádio, programas especiais temáticos e campanhas educativas. (2) *Capacitação em Rádio e Tecnologias da Informação e Comunicação*, desenhado para três tipos de público:

comunicadoras populares que queiram aprimorar o conteúdo de gênero nas suas atividades radiofônicas, lideranças de grupos de mulheres interessadas em aprender a utilizar o rádio como estratégia de mobilização, redes de jovens para quem o rádio estimula a criatividade e o aprendizado de temas importantes para o seu desenvolvimento.

A *Casa da Cultura da Mulher Negra*, que desenvolve os seguintes projetos: (1) *Violência Racial Doméstica e Sexual*, que oferece apoio jurídico, psicológico, além de educação popular. (2) *Por Uma Educação Sem Discriminação*, implementado através de seminários e workshops com professores e estudantes e produção de material. (3) *Capacitação Profissional de Mulheres e Adolescentes Negras*.

A ONG *Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação* (CEPIA) desenvolve os seguintes projetos: (1) *Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Violência contra a Mulher*, que envolve pesquisa sobre políticas públicas, atividades de educação popular para difundir os instrumentos internacionais e nacionais de proteção aos direitos humanos, e atividades e cursos de capacitação e aperfeiçoamento junto a profissionais da área de segurança pública e justiça. (2) *Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos*, que compreende estudos e pesquisas para propor, acompanhar e avaliar políticas públicas a partir de demandas do movimento de mulheres e de compromissos internacionais assumidos pelo Governo brasileiro; curso para estudantes de medicina e enfermagem introduzindo questões relacionadas à ética, direitos humanos, cidadania, gênero e poder/ atividades de educação popular. (3) *Formação e Capacitação em Direitos Humanos das Mulheres*, cujo propósito é difundir conhecimentos sociológicos, jurídicos, estratégicos e normativos, bem como atuar no intercâmbio de experiências bem sucedidas, discutindo estratégias de difusão de conhecimentos, de promoção e de implementação dos Direitos Humanos das Mulheres. Ele atende à necessidade de uma formação contínua de lideranças do movimento social e de profissionais que desempenhem ou venham a desempenhar papel estratégico na formulação e desenvolvimento de políticas públicas a fim de fazer face aos retrocessos que ameaçam os direitos das mulheres. E responde de forma inovadora aos novos desafios que se apresentam para a expansão destes direitos, diminuindo a distância entre leis e práticas sociais.

O *Serviço à Mulher Marginalizada* desenvolve projetos que envolvem formação de agentes multiplicadores de combate ao tráfico de seres humanos, pesquisa, informação, participação em redes nacionais e internacionais e advocacy na Câmara e no Senado.

A *Criola* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Saúde da Mulher Negra*, que "tem como horizonte a execução das ações mais inclusivas no campo da saúde da mulher, visando colocar em prática programas e projetos para o atendimento das especificidades das mulheres negras. (2) *Economia Trabalho e Renda: Cooperativismo e Desenvolvimento*, que "visa desenvolver ações e projetos voltados para a inserção de mulheres e adolescentes negras no mercado de trabalho e produção, através do incentivo de formação de coletivos, associações e cooperativas de trabalhadoras. (3) *Defesa e Garantia de Direitos Humanos*, que "tem como objetivo geral a ampliação dos espaços de liberdade para mulheres, adolescentes e meninas negras.

A *Católicas pelo Direito de Decidir - Brasil* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Mídia*, voltado para a divulgação de informações pela mídia, de modo a contribuir para a construção de pautas públicas que ampliem as discussões sobre aborto legal e demais direitos sexuais e reprodutivos. (2) *Aborto Legal*, que compreende um trabalho de visitas aos/as profissionais integrantes das equipes dos serviços de aborto legal e/ou serviços que atendem mulheres vítimas de violência sexual, nos diversos estados brasileiros. (3) *Formação de multiplicadoras*, o qual visa disponibilizar a organizações e lideranças chaves, os instrumentos necessários ao uso de argumentos éticos-religiosos favoráveis aos direitos das mulheres, especialmente, aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. (4) *Parlamento*, através do qual a CDD busca contribuir na

elaboração de leis favoráveis aos interesses das mulheres sensibilizando os/as parlamentares nas casas legislativas, nos níveis nacionais e estaduais. (5) *Violência de gênero*, que visa colaborar no combate à violência contra as mulheres.

A *Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Promotoras Legais Populares*, cujo objetivo é a capacitação legal de mulheres líderes comunitárias em assuntos legais e de direitos humanos das mulheres. Forma Promotoras Legais Populares para atuação como multiplicadoras e agentes de cidadania e direitos humanos em suas comunidades. (2) *Violência Sexual e Prevenção de DST/AIDS*, cujo objetivo é a prevenção e redução da incidência da infecção pelo vírus HIV/AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, tendo como público alvo prioritário mulheres de baixa renda e, em especial, aquelas em situação de violência sexual. (3) *Advogacia Feminista*, que visa possibilitar o acesso à Justiça e o exercício da cidadania às mulheres de baixa renda, além de conquistar jurisprudência favorável às mulheres, dando visibilidade às questões referentes às relações de gênero, normalmente encobertas na ação do Poder Judiciário.

A *Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA)* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Trocando Idéias*, que realiza atividades sobre saúde sexual e reprodutiva e direitos sociais nas escolas, sempre enfatizando a situação das mulheres jovens; investe na formação política de jovens lideranças feministas dessas escolas, visando sua inserção no movimento estudantil e outros; incentiva a participação das mulheres jovens nos grêmios estudantis, associações femininas, comunitárias ou culturais. (2) *De Boca em Boca*, voltado para a divulgação de informações sobre saúde, violência doméstica e direitos sociais junto a mulheres trabalhadoras. (3) *Disque Mulher Trabalhadora*, o qual dá orientações quanto ao acesso aos serviços públicos e gratuitos de atendimento à mulher, tendo como foco as questões de violência contra a mulher e dos seus direitos sociais.

A *Fala Preta!* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Projeto Salva Vidas*, que visa formar agentes comunitários capacitados em saúde reprodutiva e sexualidade para desenvolvimento de atividades de multiplicação, visando reduzir a morbimortalidade pelo vírus HIV e por outros agentes causadores de DST's bem como o seu impacto social. (2) *Ações Comunitárias - Grupos de Auto-Ajuda*, que têm como objetivo fortalecer o processo de organização comunitária das mulheres negras em conjunto com mulheres brancas de baixa renda. Os grupos de auto-ajuda consistem em espaços coletivos, onde as mulheres negras reconstróem suas histórias de vida pessoal e coletiva, por meio da troca de vivências/experiências, através das quais busca-se elevar a auto-estima, reconstruir a identidade étnica, possibilitando assim um processo de identificação coletiva das mulheres negras. (3) *Quilombos - Pega o Beco*, cujo objetivo é formar um grupo de referência para o/a jovem negro/a e quilombola, com idade entre 16 e 24 anos, através da formação e da preparação multiplicadores/as e agentes da cidadania para monitorar políticas públicas e ações educativas nas áreas de cidadania, direitos humanos e fundamentais, saúde e direitos reprodutivos e sexuais.

A *Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE)* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Projeto de Advocacy em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos*. (2) *Monitoramento de Políticas Públicas e do Orçamento da União*. (3) *Direitos Humanos das Mulheres e Cidadania*.

O *Anis-Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero* desenvolve os seguintes projetos: (1) *Programa Advocacy*, que atua junto ao Legislativo brasileiro, assessorando e cooperando no debate legislativo sobre temas bioéticos relacionados à reprodução humana. O Programa Advocacy é composto por pesquisadores permanentes do ANIS, que participam de audiências públicas, debates legislativos, avaliam projetos de lei e assessoram parlamentares de

forma apartidária e gratuita. (2) *Programa Educação*, que visa a sensibilização, formação e seleção de pesquisadores para a bioética. (3) *Programa Pesquisa*, que desenvolve pesquisas teóricas e etnográficas em bioética.

3.2. Análise dos projetos

Os projetos foram classificados em onze categorias. O maior número de projetos (14), são os voltados para educação e capacitação; seguido por oito na área de saúde reprodutiva; seis na área de políticas públicas e mais seis voltados para violência doméstica. Com três projetos cada um temas: direitos humanos, direitos reprodutivos, e representação política. Com apenas um projeto temas: bioética, creche, discriminação racial, e informação e comunicação.

O resultado acima indica que há uma forte relação entre as ONGs e as mulheres das classes mais baixas, para as quais os projetos de educação e capacitação (14) são destinados. Note-se que 'saúde e direitos reprodutivos', tema de interesse central para o feminismo contemporâneo (revolucionário, acadêmico e institucional) continua forte, com 11 projetos. Entre os temas que foram surgindo já na época das ONGs, sobressaem os projetos em políticas públicas, violência, direitos humanos e representação política.

As ONGs são dirigidas, em sua grande maioria por mulheres profissionais de classes média e alta, com alto nível de escolaridade. Das 21 ONGs analisadas, treze estão sob responsabilidade de mulheres com nível superior. Dentre estas, cinco são sociólogas.

Todas as 21 ONGs analisadas recebem financiamento de agências internacionais. Ao todo, são 42 agências, 23 delas na Europa e 19 na América do Norte. Das agências européias, 9 estão na Alemanha, 6 na Inglaterra, 3 na Holanda, 2 na Suíça, 1 na Espanha e outra na Noruega. Das norte-americanas, 15 são estadunidenses e 3 canadenses. Dos organismos internacionais, a Unesco financia 2 projetos, a Unicef 3, a UNDP 1, a Unifem 3 e a FNUAP 4. Em geral, as agências financiam mais de uma ONG; assim como as ONGs recebem financiamento de mais de uma agência, sendo que um mesmo projeto pode receber financiamento de mais de uma agência. Ao todo, segundo as informações obtidas nos sítios das ONGs analisadas, são 93 financiamentos provenientes de 42 agências, divididos entre 48 projetos de 21 ONGs.

As agências que mais financiam são Ford, MacArthur, Europeaid e FNUAP. Na relação tema do projeto e agência, temos o seguinte: a área de saúde e direitos reprodutivos é a mais contemplada com financiamentos: pela Ford, 2/3 do total, pela MacArthur, 60% do total; e representa 40% do total do financiamento da Europeaid para as ONGs feministas.

A análise dos projetos desenvolvidos pelas ONGs feministas sugere que o discurso e a prática radicais do feminismo revolucionário: a luta contra patriarcado tanto no espaço público quanto no privado e livre-determinação sobre o corpo foram sendo substituídos por um discurso mais ameno e pragmático e por intervenções passíveis de serem financiadas pela Agências ou pelo Estado. Como consequência, assumiram papéis esperados pelas Agências: serem órgãos de advocacy de políticas e serviços públicos e pelo Estado; e serem espaços de prestação de serviços. No entanto, os projetos de conscientização e educação visando o empoderamento permaneceram junto com a divulgação de informação sobre direitos. Tal fato demonstra que apesar da institucionalização e formalização de suas ações, as ONGs feministas continuam tendo ligação com as mulheres mais pobres, as quais sempre foram o público-alvo do movimento feminista brasileiro em suas fases populista e mesmo revolucionária.

3.1. O impacto das relações entre agências internacionais de cooperação e as ONGs feministas brasileiras

O movimento feminista brasileiro começou a se instituir em ONGs no início dos anos 80. As ONGs feministas pautam suas ações a partir de projetos, os quais dependem, para a sua execução, de financiamento. O desenvolvimento de projetos com o apoio de agências

internacionais de cooperação já era um recurso utilizado pelas feministas desde o apoio financeiro da Fundação Ford a um projeto de estudos e pesquisa sobre as mulheres da Fundação Carlos Chagas, que teve início em 1975.

Mas foi com as ONGs que várias outras agências internacionais começaram a financiar projetos de intervenção social, o que, segundo Sarti (2004:42) "...implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher... entre as quais emergiu o campo dos 'direitos reprodutivos'..."

Esse financiamento foi assumindo uma proporção tão grande que, hoje, das 35 ONGs voltadas para questões de gênero no Brasil, apenas sete (20%) não recebem apoio financeiro de uma agência internacional de cooperação. (ABONG 2005) Deve-se ressaltar que, para obter e sustentar este apoio, as ONGs têm que ajustar seus projetos às exigências das agências financiadoras. Essas exigências dizem respeito, principalmente, ao tema e ao modo de abordá-lo. Inicialmente, os projetos das ONGs eram de empoderamento: voltavam-se, majoritariamente, para educação e conscientização das mulheres das classes sociais mais baixas. Depois os projetos passaram a ser de advocacy de políticas públicas em saúde reprodutiva. A partir da IV Conferência Mundial da Mulher (1995), os projetos voltaram-se para direitos humanos, privilegiando violência doméstica.

Os temas mais abordados pelas ONGs são saúde e direitos reprodutivos e violência. Segundo Barsted (1994:38), "o tema saúde foi trabalhado pelo movimento de mulheres junto com a questão da sexualidade desde a década de 70, e conhecer o próprio corpo foi o ponto de partida para propostas de ações preventivas neste campo e para a discussão da sexualidade". A questão da saúde associada à sexualidade era tomada como um ponto de partida para a reflexão sobre a identidade da mulher bem como sobre a discriminação entre homens e mulheres, estabelecendo o campo da saúde e direitos reprodutivos como central para as feministas.

A partir dos anos 80, as ONGs feministas voltaram-se para a questão da violência praticada contra as mulheres, organizando manifestações e eventos, produzindo publicações e apresentando demandas ao Poder Legislativo, apresentando propostas de alteração do Código Penal, já que em 1988 foi eleita uma Assembléia Constituinte para a elaboração de uma nova constituição. (Barsted, 1994:50)

Segundo Alvarez (1998b:22-23), nos anos 90, os projetos voltados para mobilização e conscientização tinham mais dificuldade de conseguir financiamento junto às agências, para as quais prevalecia profissionalismo, impacto e resultados. Dessa forma, os financiadores acabam por re-orientar os projetos e a dinâmica interna das ONGs. Os temas a serem privilegiados são determinados pelas agências e pelo Estado pois são escolhidos pelas ONGs aqueles com maior probabilidade de serem aceitos para financiamento. As ONGs passaram a contornar temas polêmicos, tal como o aborto, cuja descriminalização foi uma das bandeiras principais do movimento no feminismo revolucionário e um tema a ser evitado nos projetos submetidos às agências.

Além desses projetos terem que se adequar aos objetivos e princípios dos seus financiadores, tinham que utilizar a linguagem do feminismo institucionalizado na Europa e nos EUA e que "se tornaram parte do terreno discursivo no qual as mulheres brasileiras definiram sua política." (Thayer, 2001:113) Uma prova disso é a tradução, em 1991, do texto de Joan Scott *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, pelo SOS Corpo. Em 1995 foi produzida uma cartilha, resultado de uma parceria entre SOS Corpo e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) com uma versão simplificado do mesmo. Estes textos foram utilizados para guiar discussões e trazer o conceito de 'gênero' para os projetos das ONGs. Este fato é decorrente

do interesse das agências em introduzir estes conceitos nas propostas de financiamento a elas dirigidas.

4. Comentários finais

O pressuposto e ponto de partida deste trabalho é que, apesar do financiamento das agências internacionais garantirem a realização dos projetos das ONGs feministas, este apoio pode gerar o seguinte problema: as lideranças das ONGs acabam por ficar mais preocupadas em ajustar seus projetos às exigências ou expectativas das agências do que atender aos interesses e necessidades das mulheres com/para as quais trabalham. Neste contexto, pode ser dito que as agências internacionais de cooperação têm, em certa medida, imposto as áreas temáticas a serem privilegiadas, bem como o modo de abordá-las. Por outro lado, são os financiamentos das agências e o apoio do Estado que garantem a atuação das ONGs feministas, cujos projetos são as iniciativas mais efetivas para o empoderamento das mulheres e o conseqüente fortalecimento do movimento feminista brasileiro.

Bibliografia

- ABONG (2005). www.abong.org.br (acessado em 17 de março de 2005)
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latino-americanos. **Estudos Feministas**, v.6, n.2, p. 265-284, 1998a.
- ALVAREZ, Sonia E. **Advocating feminism: the Latin American feminist NGO 'boom'**. Santa Cruz: University of California, 1998b.
- ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, v.11, n.2, p. 541-575, 2003.
- ÁVILA, Maria Betânia Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, Maria Betânia, org. (2001). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, p. 13-61, 2001.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Estudos Feministas**, v.2, p. 38-54, 1994.
- BRUSCHINI, Cristina; UNBENHAUM, Sandra G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: __. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Ed. 34. p. 17-58, 2002.
- CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n.16, p.13-30, 2001.
- COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Estudos Feministas**, n. esp., p. 401-409, 1994.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**, n.esp., p. 387-400, 1994.
- GOUVEIA, Taciana. Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade. In: ÁVILA, Maria Betânia, org. (2001). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, p. 239-286, 2001.
- HAHNER, June E.. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, v.11, n.1, p.234-241, 2003.
- Mulheres latinoamericanas em dados**. FLACSO, 1993.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira, org. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/FCC. p.127-150, 1992.

- PINTO,Céli Regina Jardim. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo enquanto movimento social face às regras do jogo da democracia representativa. **Estudos Feministas**, v.2, n.2, p.256-270, 1994.
- PINTO,Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Estudos sobre mulher e relações de gênero. In: MICELI,, Sergio, org. **Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré/FAPESP. p.205-236, 1993.
- SARTI,Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n.16, p.31-48, 2001.
- SARTI,Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v.12, n.2, p.35-50, 2004
- SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: álibi ou conquista? **Estudos Feministas**, v.1, n.2, p. 348-364, 1993.
- SCHUMAHER,Schuma, org.. **Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, v.2, n.esp., p. 11-24, 1994.